

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.808 - MG (2019/0299381-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : DAVISSON AMORIM SILVÉRIO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

DAVISSON AMORIM SILVÉRIO alega sofrer coação ilegal ante acórdão do Tribunal *a quo*. Acoima de ilegal o cumprimento de medida de segurança (internação) em unidade prisional comum, por ausência de vagas em hospital de custódia. Requer, assim, a expedição de alvará de soltura.

Decido.

O *writ* comporta pronta solução, pois os Tribunais Superiores são firmes em assinalar a impossibilidade de submeter o sentenciado a situação mais gravosa do que a estabelecida no título da execução penal por deficiência da estrutura penitenciária estatal.

Depreende-se dos autos que o postulante foi condenado a cumprir duas penas restritivas de direitos por tráfico de drogas. Em 23/6/2015, a reprimenda foi convertida em tratamento ambulatorial. No dia 26/8/2019, aportou aos autos da execução "**nova guia de recolhimento, onde houve absolvição imprópria em favor do paciente [pelo crime de roubo], sendo-lhe aplicada a medida de segurança de internação**". O Juiz da VEC determinou a "transferência do apenado para estabelecimento adequado para o efetivo cumprimento da medida" (fl. 212).

Aplica-se à hipótese, *mutatis mutandis*, a Súmula Vinculante n. 56: "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS".

Ademais: "**é indevida a segregação, em estabelecimento prisional comum, de inimputável submetido a medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento, mesmo na hipótese de ausência de vaga nas instituições adequadas**" (RHC n. 73.677/MG, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 19/5/2017) não verifiquei a prova inequívoca das alegações da parte.

Deveras:

[...]

II - Sendo aplicada ao recorrente a medida de segurança de internação, **constitui constrangimento ilegal sua manutenção em prisão comum, ainda que o motivo seja a alegada inexistência de vaga para o cumprimento da medida aplicada** (precedentes).

IV - A manutenção de estabelecimentos adequados ao cumprimento da medida de segurança de internação é de responsabilidade do Estado, não podendo o paciente ser penalizado pela insuficiência de vagas.

Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar a **imediata transferência do paciente para hospital psiquiátrico ou, na ausência de vaga, a sua inclusão em tratamento ambulatorial, até o surgimento da respectiva vaga.**

(HC n. 385.198/SC, Rel. Ministro **Felix Fischer**, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 06/06/2017 Grifou-se).

À vista do exposto, **concedo o habeas corpus, in limine**, para **determinar ao Juiz da Execução que transfira o apenado, em até 48 h, para hospital de custódia** ou estabelecimento adaptado para o cumprimento de internação ou, na hipótese de falta de vagas, determine a saída antecipada de outro inimputável menos perigoso e há mais tempo em tratamento (para viabilizar a transferência), ou permita que o paciente aguarde em regime de tratamento ambulatorial o surgimento de vaga em unidade adequada.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**